



A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO  
BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO E PROPOSIÇÃO DE UMA  
TIPOLOGIA DE INSERÇÃO BRASILEIRA

PROFESSIONAL INSERTION OF ADMINISTRATION COURSE GRADUATES IN BRAZIL: PROFILE  
ANALYSIS, EDUCATION AND WORK AND PROPOSAL OF A TYPOLOGY FOR BRAZILIAN  
INSERTION

Jhony Pereira Moraes<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1669-9181>

Guilherme Brandelli Bucco<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3813-8406>

Sidinei Rocha-de-Oliveira (*in memoriam*)<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9139-2684>

Silas Dias Mendes Costa<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5855-694X>

Recebido em: 14 abr. 2023

Aceito em: 28 jul. 2023

**Como citar este artigo:** MORAES, J. P.; BUCCO, G. B.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; MENDES COSTA, S. D. A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO E PROPOSIÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DE INSERÇÃO BRASILEIRA: PROFESSIONAL INSERTION OF ADMINISTRATION COURSE GRADUATES IN BRAZIL: PROFILE ANALYSIS, EDUCATION AND WORK AND PROPOSAL OF A TYPOLOGY FOR BRAZILIAN INSERTION. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 12, n. 2, p. e3113-e3113, 2023. DOI: 10.33362/visao.v12i2.3113. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3113>.

**Resumo:** Este estudo busca identificar diferentes padrões de inserção profissional dos egressos de Administração, curso que foi escolhido por ter um dos maiores números de matrículas (junto ao Direito e Pedagogia), pela diversidade de atividades possíveis de desempenhar a partir da

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Administração (UFRGS). Escola de Administração (EA/UFRGS). Centro Universitário FADERGS e Faculdades Integradas São Judas Tadeu. E-mail: [jhony.moraes@hotmail.com.br](mailto:jhony.moraes@hotmail.com.br).

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Administração (UFRGS). Escola de Administração (EA/UFRGS). E-mail: [gbbucco@gmail.com](mailto:gbbucco@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor e Mestre em Administração (UFRGS). Escola de Administração (EA/UFRGS).

<sup>4</sup> Doutorando e Mestre em Administração (UFMG). Faculdade de Ciências Econômicas (UFMG). E-mail: [silasdiasmendes@gmail.com](mailto:silasdiasmendes@gmail.com).

formação, pela representatividade no país e por sua popularidade no ensino, pesquisa e no mercado profissional. Participaram do estudo 1199 egressos. Empreendeu-se uma clusterização, sendo possível organizar três agrupamentos que foram assim denominados: iniciantes, privilegiados e batalhadores. Os agrupamentos foram retratados tendo como ponto de partida três eixos de análise: perfil dos egressos, formação e trabalho. A tentativa de organizar agrupamentos com a finalidade de se pensar possíveis perfis de inserção profissional, certamente, mostrou-se de forma incipiente, por outro lado, reforçou olhares minuciosos em relação ao contingente de formados na área no país - que ainda carece de programas ou ações de acompanhamento e orientação à população formada. Sobretudo, o estudo tem potencial de reforçar o entendimento da estratificação profissional presente no mercado e que vem se mostrando até mesmo dentro de um grupo profissional. Esclarece-se que não se tem por pretensão encerrar as discussões, mas provocar estudos posteriores, concentrados ou não no campo da Administração sobre a temática apresentada.

**Palavras-Chave:** Inserção Profissional. Egressos. Administração. Tipologia de inserção profissional.

**Abstract:** This study seeks to identify different patterns of professional insertion of Business Administration graduates, a course that was chosen for having one of the highest enrollment numbers (along with Law and Pedagogy), for the diversity of possible activities to be carried out after graduation, for its representativeness in the country and for its popularity in teaching, research, and the professional market. 1199 graduates participated in the study. A clustering was undertaken, making it possible to organize three groups that were named as follows: beginners, privileged and fighters. The groups were portrayed having as a starting point three axes of analysis: profile of graduates, training and work. The attempt to organize groups with the purpose of thinking about possible profiles of professional insertion, certainly, proved to be incipient, on the other hand, it reinforced meticulous looks in relation to the contingent of graduates in the area in the country - which still lacks programs or follow-up and guidance actions for the trained population. Above all, the study has the potential to reinforce the understanding of the professional stratification present in the market and that has been showing itself even within a professional group. It is clarified that it is not intended to close the discussions, but to provoke further studies, whether or not concentrated in the field of Administration on the theme presented.

**Keywords:** Professional Insertion. Graduates. Administration. Typology of professional insertion.

## INTRODUÇÃO

Desde 2003 o Brasil passa por um expressivo crescimento no número de matrículas, ingressantes e egressos no Ensino Superior (INEP, 2018). Ao mesmo tempo, nota-se uma redução do número das médias de remuneração para formados com o curso superior (IPEA, 2013) e a ampliação de postos de até dois salários mínimos (Mattos, 2015). Nesse cenário, surgem diferentes trajetórias juvenis durante seu ingresso no mercado de trabalho, algumas mais segmentadas e precarizadas que o predominante padrão formal para a entrada na esfera

laboral para egressos do ensino superior que predominou nas décadas anteriores.

A discussão sobre o processo de inserção profissional e a mobilidade social vinculado a este tem sido foco de estudos em outros países como Suécia (BIHAGEN et al., 2017), Dinamarca (TOUBOL; LARSEN, 2017), Inglaterra (LOVEDAY, 2015) e Portugal (RAMOS; PARENTE; MONICA, 2014), entre outros. Volkmer Martins e Rocha-de-Oliveira (2017) afirmam que as mudanças no mercado de trabalho, dado intervalos de crise, potencializaram trajetórias profissionais juvenis ainda mais segmentadas e precarizadas, ao mesmo tempo em que ocorre a ampliação da educação superior na última década no Brasil. Assim, com a diversificação dos públicos que ingressam no ensino superior, nota-se também a emergência de diferentes padrões de inserção profissional.

Diante disso, este estudo parte do pressuposto de que a inserção profissional é um “processo individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito” (ROCHA-DEOLIVEIRA; PICCININI, 2012b, 49), onde o individual revela-se nas experiências vivenciadas, representações do trabalho, escolhas e expectativas profissionais. Coletivo, por considerar que diferentes grupos sociais ou egressos do mesmo curso, compartilham de trajetórias semelhantes. Histórico e socialmente inscrito por representar a realidade de um determinado momento, marcada por elementos do contexto social, econômico e cultural.

No Brasil, os estudos sobre inserção (AMARAL; WALTHER, 2013; MENEZES; UCHOA, 2013; MORETTO; REMY, 2013; SOUTO et al., 2013) refletem sobre o sistema de ensino como meio de potencializar a inserção dos jovens; sobre a elaboração de políticas públicas destinadas ao processo de inserção e qualificação profissional; sobre o fortalecimento do mercado de trabalho informal e a ocupação juvenil em posições desprotegidas decorrentes; sobre o reflexo das desigualdades sociais e econômicas no acesso à educação, ao mercado de trabalho e à elevação da renda; e sobre o ciclo de vida do jovem brasileiro. Atualmente, a inserção profissional dos jovens está marcada pelo risco de precariedade, situação que se revela oportuna para aprofundar a discussão sobre a diversidade de trajetórias, que surgem em virtude das diferenças de origem social, de raça, de sexo, de diferenças socioeconômicas entre o ambiente rural e o urbano, e das diferenças existentes entre as regiões do Brasil (SANTOS; 2013; VOLKMER MARTINS; ROCHA-DEOLIVEIRA, 2016).

Neste estudo, busca-se identificar diferentes padrões de inserção profissional dos egressos de Administração. Este curso foi escolhido por ser o terceiro com maior número de matrículas (atrás de Direito e Pedagogia) segundo o INEP (2018) pela diversidade de atividades que podem ser desempenhadas a partir da formação recebida, pela representatividade no cenário nacional e por sua popularidade no ensino e na pesquisa e no mercado profissional (BERTERO, 2006).

O trabalho está dividido em quatro seções além desta introdução. A primeira faz uma breve apresentação da base teórica sobre inserção utilizada como base deste trabalho. A

segunda apresenta a síntese do método apresentado. A seguir são descritos e discutidos os principais resultados encontrados. Por fim, são destacadas as contribuições científicas, limitações e sugestões para estudos futuros.

## **INSERÇÃO PROFISSIONAL: ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA**

No Brasil, a demanda por escolarização é crescente entre os jovens, especialmente entre aqueles das classes populares, pois acreditam que oportunidades de emprego mais qualificadas dependem do nível de escolaridade. Esse pensamento é coerente com a dinâmica do mercado de trabalho vigente, pois a exigência de níveis educacionais mais elevados, quer para o ingresso, quer para a permanência no emprego, são percebidos e reforçados cotidianamente (OLIVEIRA; SOUZA, 2013). Esse movimento também sofre influências das transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012a). Com o prolongamento do tempo de estudos, nota-se uma extensão do período de entrada no mercado de trabalho – fenômeno que ocorreu em outros países no século passado, como na França (GALLAND, 2000), a postergação do início da vida conjugal e a maior permanência na casa dos pais (GALLAND, 2000; SANTOS, 2013). Na França, por exemplo, essa estadia ultrapassa os 25 anos de idade.

Santos (2013) atenta para a relação escolaridade e mercado de trabalho, enfatizando que em países mais desenvolvidos há um adiamento da prática profissional com vistas ao aumento do tempo de estudo. Todavia, no Brasil, há predominância de uma juventude com estudo e trabalho concomitantes. Oliveira e Souza dizem, sobretudo, que a Educação se tornou um “instrumento de formação das pessoas para disputarem uma posição no mercado de trabalho” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 99), destoando de sua função vital de “estabelecimento de relações solidárias, socialização e elaboração de identidades e emancipação humana” (p. 99).

Corrochano (2013) afirma que no Brasil a frágil proteção do trabalhador e a desatenção à população desempregada contribuem tanto para a precariedade dos vínculos de trabalho, quanto para trajetórias não-lineares e para uma maior instabilidade. Diante disso, Santos (2013) analisa a trajetória dos jovens na passagem dos anos e aponta que essa reconfiguração da trajetória de vida é atravessada por um conjunto de fatores, tais como a classe social, o gênero e a etnia. Desta forma, diferentes contornos são dados a partir das realidades particulares de cada jovem, o que pode reforçar a dependência deles aos seus genitores. Essas mudanças estendem-se e contrariam a ideia de ascensão social em relação aos seus pais, sendo notória uma fragilidade da progressão nas trajetórias ocupacionais, principalmente para os jovens em situações precárias ou pertencentes a classes populares. Oliveira e Souza (2013) corroboram Santos (2013) ao assegurar que a dura realidade do mercado de trabalho para os jovens brasileiros tende a ser reforçada pelo “agravamento da

pobreza estrutural do País e do risco de intensificação das desigualdades sociais, que empurram cada vez mais esse contingente para o mundo do trabalho de uma forma precária, muitas vezes sem nenhum critério de avaliação” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 99).

O estudo da Inserção Profissional surge em meio à dificuldade de ingresso da juventude francesa no mercado de trabalho, que vivenciava a transição universitária, na década de 1970 (DUBAR, 2001). A atenção sobre o tema acontece devido à preocupação do governo acerca da formação e do emprego (principalmente com foco no desemprego juvenil), sendo que os olhares sobre o caso foram reforçados na década posterior, onde o governo passou a considerar a temática como uma demanda social, havendo necessidade de monitorar os casos de desemprego, a exclusão juvenil e a relação ensino-trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012a).

No Brasil, o estudo da inserção profissional iniciou em 1970, voltando-se aos jovens de classe média. Posteriormente, com o crescimento do ensino público, das condições para o consumo, do emprego e das fontes de crédito, alunos-trabalhadores e os trabalhadores formam considerados nas pesquisas sobre inserção profissional (CORROCHANO, 2013). Tais pesquisas têm como ponto de partida o trabalho como um aspecto central para o desenvolvimento da juventude brasileira. A sua exposição às precárias condições do mercado desperta novos sentidos ao trabalho, refletindo no contexto social e na trajetória vivenciados por aqueles jovens (CORROCHANO, 2013). Na visão de Pochmann (2013), a extensão da expectativa média de vida da população brasileira colaborou para que estudos sobre a juventude do país fossem ampliados. Com a passagem de uma sociedade urbano-industrial (1930-1980) para uma pós-industrializada (POCHMANN, 2013), a juventude tornou-se objeto de análise, inclusive do planejamento de políticas públicas aptas a atendê-la (POCHMANN, 2013). O alongamento da expectativa de vida do brasileiro suscitou questionamentos sobre o intervalo pelo qual se baseia a definição de juventude. Assim, firmou-se como juventude a faixa etária de 15 a 29 anos, como resultado da elaboração de políticas públicas sobre essa matéria (POCHMANN, 2013).

Oliveira e Sousa (2013) observaram o aumento do exército de reserva no mercado de trabalho brasileiro. No Brasil, o contexto juvenil de exército de reserva é o mais agravante e altamente competitivo, algo que é justificado, em específico, pelo crescimento da população jovem brasileira, pela elevação da produtividade, dispensando a contratação de novos trabalhadores; e pela exigência de maior escolaridade. Órgãos como IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e DIEESE, por meio de documentos voltados para os índices de emprego, estudam indiretamente a inserção profissional. Entretanto, não se tratam de pesquisas periódicas e são falhas por não apresentarem informações relevantes, tais como gênero e nível de formação, para a compreensão de perfil do jovem brasileiro. Essas pesquisas seguem a perspectiva econômica de inserção profissional, pois consideram os jovens como um

grupo homogêneo, o que limita reflexões mais profundas. Na tentativa de suprir essas lacunas, considera-se neste estudo a abordagem francesa de inserção profissional apresentada por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012a), por empenhar seus esforços na compreensão da influência de elementos individuais, institucionais e sócio-históricos na trajetória sócio-ocupacional dos sujeitos.

Conforme Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012a), a inserção profissional dos jovens é determinada ainda por três elementos que marcam os aspectos em análise: a posse do diploma como diferenciação social; a adaptação ao mercado de trabalho (capacitação para o trabalho e auxílio financeiro antes e durante a adaptação ao primeiro emprego) sob responsabilidade de órgãos regulamentares, pelo jovem e pela família; o desenvolvimento de atividades profissionais aleatórios como formas de suprir a falta de experiência laboral pelo jovem.

Nota-se, portanto, que a inserção profissional é um “processo multifacetado, que sofre interferência de aspectos individuais, institucionais e contextuais, e que apreende elementos materiais e simbólicos na relação entre eles” (VOLKMER MARTINS, 2016, p. 81). Por isso, deve-se compreender a juventude como um “grupo diverso, ou múltiplas juventudes que sofrem influência do contexto histórico em que cresceram” (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012a, p. 69) e se diferenciam em “modos de pensar, de agir e de viver o processo de passagem à vida adulta e que, por consequência, vivem modos distintos de inserção profissional” (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012a, p. 70).

## UMA TIPOLOGIA SOBRE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Ramos, Parente e Santos (2014) desenvolveram uma tipologia para classificar os perfis de inserção profissional. Para tanto, eles realizaram uma pesquisa com egressos dos anos de 2004 e 2005 em duas universidades portuguesas. Ao todo foram 1.004 egressos oriundos de cursos das áreas de Artes e Humanidades, Saúde, Educação, Direito, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Jornalismo, Economia e Gestão, Física, Informática, Matemática e Estatística; e Engenharias.

A pesquisa foi operacionalizada entre novembro de 2010 e janeiro de 2011. Como justificativa para tal período revela-se os objetivos norteadores desse estudo: a) identificar a situação dos egressos no trabalho cinco anos após a obtenção do diploma; b) identificar o perfil da inserção profissional desses egressos; e c) identificar a relação entre a situação laboral e a área de formação acadêmica (RAMOS; PARENTE; SANTOS, 2014). A tipologia construída considera cinco situações profissionais, ou mesmo, perfis de inserção profissional: 1. Inserção profissional frágil acentuada; 2. Inserção frágil; 3. Inserção clássica assalariada; 4. Inserção assalariada clássica qualificante; e 5. Inserção qualificante de empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados (RAMOS; PARENTE; SANTOS, 2014). Cada tipo mencionado

será detalhado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Tipologia de inserção profissional

<b>Tipo de Inserção</b>	<b>Características da inserção</b>
<b>Tipo 1: Inserção profissional frágil acentuada</b>	Corresponde ao grupo de trabalhadores sem vínculo empregatício, sobrequalificados, situados em subempregos (em tempo parcial) e com sub-remuneração. Em sua maioria não possuem contratos ou raros são os contratos formalizados.
<b>Tipo 2: Inserção frágil</b>	Tanto a duração do tempo de trabalho quanto a remuneração são menos vulneráveis. Contudo, ainda é caracterizada pela ausência de vínculo empregatício, com alguma sobrequalificação e subempregos e sub-remuneração menos acentuados. Nesse tipo de inserção ainda são fortes trabalhos em tempo parcial, porém, a carga horária é um pouco maior.
<b>Tipo 3: Inserção clássica assalariada</b>	Há uma predominância de trabalhos com vínculo empregatício, com horário semanal completo, contratos de trabalho formais e remunerações diretas e indiretas. Ligeiramente, ainda existem casos de sobrequalificação.
<b>Tipo 4: Inserção assalariada clássica qualificante</b>	Apresenta maior estabilidade no emprego quando comparado ao Tipo 3, com altos salários e carga de trabalho elevado (acima de 44 horas semanais). Possibilita condições “mais favoráveis em termos de capitalização simbólica e material” (p. 395).
<b>Tipo 5: Inserção qualificante de empresários, consultores e profissionais liberais capitalizados</b>	Composto por trabalhadores da administração pública ou empresários (individuais ou com funcionários), com sobre-emprego e sobrerremuneração. Não há contrato de trabalho. Aqui os trabalhadores por conta própria (autônomos) ganham visibilidade.

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de Ramos, Parente e Santos (2014).

Essa tipologia proposta por Ramos, Parente e Santos (2014) também está fundamentada na teoria de inserção francesa, por isso a oportunidade de mencioná-la. Dentre seus pressupostos e a partir dos resultados de sua pesquisa percebe-se haver uma relação entre a situação de inserção com o nível educacional dos pais, algo reforçado por autores como Giret (2000), Alves (2009) e Chaves (2010) (RAMOS; PARENTE; SANTOS, 2014). Os autores sustentam que os capitais econômicos e simbólicos dos pais influenciam as decisões de inserção dos jovens no mercado de trabalho: “a importância do capital escolar dos pais apresenta-se frequentemente como determinante na escolha das áreas de formação, fortemente associadas a uma hierarquia simbólica e, subsequentemente, ao posicionamento na estrutura socioprofissional” (RAMOS; PARENTE; SANTOS, 2014, p. 396). Ramos, Parente e Santos (2014, p. 397) evidenciam também que há uma tendência à reprodução social, que “[...] tende a refletir-se na qualidade das situações profissionais, apesar da detenção de um título de ensino superior, outrora pensado como via para atenuar a distinção classista, não se questionando seu potencial poder como fator de mobilidade social ascendente”.

## MATERIAL E MÉTODOS

A população alvo deste estudo são os egressos do curso de Administração, situados

nas cinco regiões brasileiras. O estudo segue um enfoque não experimental, não probabilístico, de corte transversal e descritivo. Apesar de ser uma amostra não probabilística, definiu-se como parâmetros do cálculo da amostra da pesquisa os seguintes valores: a) tamanho do universo: 241.747 casos; b) erro máximo aceitável: 5%; c) porcentagem estimada da amostra: a representatividade de cada região em relação à população do estudo; e d) nível desejado de confiança: 95%. Nessas condições, para a realização do estudo seriam necessários 384 casos. Porém, esse valor foi superado. O parâmetro usado para definir o tamanho do universo foi a Sinopse Estatística de 2016 (INEP), que continha as informações mais recentes até a execução da pesquisa.

O período de coleta teve início no dia nove de setembro (09/09/2018) e término em 26 de novembro (26/11/2018). Ao todo foram alcançados 1.686 casos em todo o Brasil. O acesso aos participantes ocorreu por meio de questionário eletrônico (Google Formulários) enviado para páginas de instituições de ensino superior e para grupos de pesquisa e de estudo nas redes sociais (Facebook), e-mail de coordenações de curso de diferentes instituições pelo Brasil e através da rede de contatos dos próprios pesquisadores. Do total foram excluídas 135 pessoas, pois não atendiam ao critério de serem egressos do curso de Administração, bem como alguns indivíduos estavam em fase de conclusão curso e outros possuíam formações em áreas diferentes. Portanto, obteve-se uma amostra válida de 1.551 casos válidos após a exclusão. Ainda assim, foram excluídos alguns casos por apresentarem inconsistência de informações (como o não preenchimento integral do questionário e por se distanciarem das características dos clusters, principalmente quanto à renda – casos que se mostravam exceções). Logo, a amostra considerada foi de 1.199 pessoas. Procedeu-se a uma análise por clusters, neste estudo sendo determinados 3 agrupamentos assim distribuídos: 483 egressos no cluster 1 (C1), 275 no cluster 2 (C2) e 441 pesquisados no cluster 3 (C3).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta se estudo os resultados foram organizados em três *clusters*, para compor uma tipologia de inserção profissional brasileira. Na composição dos *clusters* identificou-se três como base de análise. Antes, testou-se a composição de 4 ou 5 agrupamentos, porém os dados mostraram-se muito dispersos. Para análise dos dados esta seção será organizada em duas partes. A primeira apresenta os clusters, identificando as características que os diferenciam dos demais; a segunda busca explorar as particularidades do processo de inserção de cada um dos grupos.

## CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS

O primeiro grupo pode ser chamado de **Iniciantes**, pois apresenta a menor faixa etária

(30,7), a maior parte dos indivíduos é solteiros (63,6%) e não possui filhos (84,9%). Formado por uma maioria de mulheres (64%) e predominam pais com até o ensino fundamental (34%) e médio (40,4%). Este grupo representa os jovens que têm um prolongamento da juventude, vivendo ainda de estabilização no mercado de trabalho. O segundo grupo, denominado de **Privilegiados** pois a maioria estudou em escola privada durante o ensino médio (56%) e são filhos de pais com ensino superior (44,4%). Há equilíbrio entre homens (45,5%) e mulheres (54,5%), são predominantemente brancos (75,3%), a maioria não possui filhos (68,4%) e tem média de idade 35,8. O terceiro cluster é formado pelos **Batalhadores**. A maioria representa a primeira geração a ter curso superior, 69,4% dos pais alcançaram no máximo o ensino fundamental. São majoritariamente homens (61%), casados (56% ou 67% se somado a união estável), com filhos (65,1%). A média de idade de 39,1 é superior a dos outros grupos e possuem o maior percentual de pretos e pardos (36,1%) e de egressos de escolas públicas no ensino médio (79,4%). A formação destes três grupos indica a formação de diferentes perfis de inserção profissional para os egressos de um mesmo curso.

**Tabela 1** – Perfil dos egressos

Cluster 1 - Iniciantes			Cluster 2 - Privilegiados			Cluster 3 – Batalhadores		
Mulheres	309	64%	Mulheres	150	54,4%	Homens	313	71%
Branco	303	62,7%	Branco	207	75,3%	Branco	276	62,6%
Negro	32	6,6%	Negro	11	4,0%	Negro	21	4,8%
Pardo	138	28,6%	Pardo	47	17,1%	Pardo	138	31,3%
Idade média	30,7	-	Idade média	35,8		Idade média	39,1	
Ensino médio em escola pública	281	58,2%	Ensino médio em escola privada	154	56%	Ensino médio em escola pública	350	79,4%
Solteiro(a)	307	63,6%	Casado(a)	129	46,9%	Casado(a)	247	56,0%
Não tem filhos	410	84,9%	Não tem filhos	188	68,4%	Não tem filhos	154	31,9%
						Ou tem 2 filhos/enteados	126	28,6%
Escolaridade do pai: ensino fundamental (1ª a 4ª série)	77	15,9%	Escolaridade do pai: ensino médio	51	18,5%	Escolaridade do pai: ensino fundamental (1ª a 4ª série)	206	46,7%
Escolaridade do pai: ensino médio	125	25,9%	Escolaridade do pai: superior	81	29,5%	Escolaridade do pai: ensino fundamental (5ª a 8ª série)	78	17,7%
Escolaridade da mãe: ensino médio	150	31,1%	Escolaridade da mãe: ensino médio	64	23,3%	Escolaridade da mãe: ensino fundamental (1ª a 4ª série)	180	10,2%
Escolaridade da mãe: ensino superior	70	14,5%	Escolaridade da mãe: ensino superior	74	26,9%	Escolaridade da mãe: ensino médio	85	23,3%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2023).

A escolaridade dos pais também foi investigada pois os estudos sobre mobilidade social (FERREIRA; VELOSO, 2003; RIBEIRO, 2006; PICANÇO, 2007; REIS; RAMOS, 2011; CHAN; BOLIVER, 2013) sustentam que há estreita relação entre a escolaridade dos pais com o progresso acadêmico e econômico dos filhos quando adultos. Ferreira e Veloso (2003) citam que para os filhos com idade entre 11 e 25 anos a influência do grau de escolaridade dos pais é ainda maior. Nesse sentido, levantou-se que os pais (homens) dos egressos do agrupamento 3 possuem, na maioria dos casos, escolaridade em nível fundamental de 1ª a 4ª série (46,7%) ou completo (17,7%). Os pais dos egressos do cluster 2 apresentam escolaridade predominante em nível médio (18,5%) e superior (29,5%) completos. Já os dos pesquisados do cluster 1, ou possuem ensino fundamental de 1ª a 4ª série (15,9%) ou ensino médio completo (25,9%), em grande parte. Quando analisadas as mulheres, percebe-se que as mães dos egressos dos agrupamentos 1 e 2 possuem a mesma escolaridade, no geral: ensino médio (31,1% e 23,3%) e ensino superior (14,5% e 26,9%) completos. Já as mães dos egressos do agrupamento 3, tiveram maior concentração no ensino fundamental, de 1ª a 4ª série (40,8%) ou ensino médio completo (19,3%).

Reis e Ramos (2011) enfatizam que os filhos de pais com ensino primário incompleto (menos de 4 anos de estudo) possuem, em média, 5,3 anos de escolaridade. Nessa realidade, cerca de 35% das proles também não concluíram o ensino primário e, somente, 3% possuem graduação. Para o grupo de pais de 4 a 7 anos de estudo, a média de escolaridade dos filhos sobe para 9,1%, dos quais 6,5% não finalizaram o ensino fundamental e 13,5% concluíram o ensino superior. Os melhores índices estão entre os pais com o mínimo de 8 anos de estudos, pois a escolaridade média de seus filhos é de 12,3 anos. Com isso, afirma-se que a mobilidade se mostra menor quando os pais possuem baixa escolaridade (FERREIRA; VELOSO, 2003). De acordo com Reis e Ramos (2011) os trabalhadores com pais mais escolarizados desenvolvem mobilidade social em níveis superiores. Para Ferreira e Veloso (2003, p. 482), “a persistência de alta escolaridade é mais elevada entre indivíduos de cor branca. [...] a probabilidade de o filho de um pai com ensino superior completar seus estudos universitários é cerca de 40%, se o indivíduo reportar ser negro ou pardo, e aproximadamente 62% para brancos”. Ainda, os autores destacam que a menor mobilidade entre pessoas negras está associada a pais analfabetos e considera que a probabilidade dessa pessoa permanecer na mesma situação é próxima a 42%, enquanto que para os brancos esse percentual é um pouco acima de 24%.

Nesse aspecto, Ribeiro (2006) corrobora ao ter analisado as influências de classe e raça no processo de mobilidade social. Para o autor, em análises como essa deve-se considerar as condições históricas de formação da sociedade brasileira, tais como: as famílias de trabalhadores rurais se configuram como as mais pobres no Brasil; e negros e pardos estão em maior proporção nas classes sociais populares. A partir disso, apresenta-se alguns pontos críticos em que classe e raça interferem na mobilidade intergeracional (que mede o grau de escolaridade de destino em relação à classe de origem) descritos por Ribeiro (2006), a saber:

1. A desigualdade de classe diminui ao longo das transições e a desigualdade racial aumenta ao se completar ou não o primeiro ano de universidade. 2. Os efeitos da classe de origem são, pelo menos, seis vezes maiores que os de raça ao se completar o ensino médio. 3. Os efeitos da raça são mais presentes para as pessoas com mais de 10 ou 12 anos de escolaridade. 4. A desigualdade racial é mais presente no topo da hierarquia de classes sociais. 5. Filhos cujos pais estão em classes mais altas tendem a ter mais sucesso nas transições escolares.

Diferentes fatores podem influenciar o sucesso nas transições educacionais por pessoas de classes sociais mais altas. Reis e Ramos (2011) argumentam que geralmente pais nessas posições investem mais na quantidade e na qualidade da educação e na permanência nos estudos, pois, geralmente, tal investimento decorre de uma cultura familiar. A escolaridade dos pais representa entre 65% e 70% dos resultados da mobilidade dos filhos; e junto com a ocupação, a raça e a região de nascimento pode contribuir ou não para a desigualdade de oportunidades e rendimentos (REIS; RAMOS, 2011).

## **PARTICULARIDADES DOS GRUPOS NO PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL**

### **ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DOS EGRESSOS**

Conforme Picanço (2015), a expansão do acesso à educação no Brasil, iniciada nos anos de 1990, foi acompanhada por políticas públicas e programas sociais (COMIN; BARBOSA, 2011; BAETA NEVES, 2012) que visaram a ampliação de vagas em todos os níveis escolares. Dois marcos disso foram os anos finais da década de 1990, com a ampliação do setor privado; e a partir de 2005 com as medidas governamentais de acesso, tais como PROUNI, REUNI e programas de ação afirmativa (COMIN; BARBOSA, 2011). Ao longo desses anos, a participação de graduados no mercado de trabalho passou para mais de 10,3 milhões em 2009, em comparação aos 1,9 milhões de formados em 1982 (COMIN; BARBOSA, 2011). Marteleto e Miranda (2016) destacam que o acesso ao sistema educacional por negros e pardos é três vezes menor em relação a outras etnias e, além disso, o ingresso tardio nas escolas reflete em baixo desempenho. Na mesma direção, Baeta Neves (2012) afirma que se deve debater sobre o investimento em bolsas e outras estratégias de financiamento como forma de atenção aos estudantes oriundos de classes sociais populares, com o intuito de subsidiar o seu ingresso e a sua permanência na educação superior, uma vez que estão inseridos em um contexto de educação básica de pouca qualidade. As universidades (71,2%; 75,6%; 54,4%) e as faculdades (18,2%; 15,3%; 30,4%) foram as instituições mais expressivas entre os egressos de todos os clusters.

Os dados do INEP (2018) sustentam os achados, pois de acordo com as Notas

Estatísticas de 2018, as universidades compunham 53,6% e as faculdades 25% das matrículas no ensino superior. Ferrugini e Castro (2015) salientam que o investimento em educação é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país e para o seu progresso social. Nesse sentido, a busca por escolarização está relacionada a um mercado de trabalho competitivo, em que se presencia uma retomada aos estudos por pessoas em faixa etária acima da idade escolar, colaborando para o aumento da demanda por cursos superiores (FERRUGINI; CASTRO, 2015). Barbosa Filho e Pessôa (2010, p. 267) sustentam que “a consequência deste investimento é a formação de um tipo de capital, o capital humano. Este capital, mesmo sem poder ser vendido, é uma forma de capital porque provê uma produtividade com valor econômico”.

Relativo à forma de ingresso no curso, em todos os agrupamentos o vestibular foi evidente. Contudo, outras modalidades de acesso foram informadas, tais como PROUNI e FIES – especialmente nos clusters 1 (14,1%) e 3 (12,7%); e SISU, principalmente nos clusters 1 (4,6%) e 2 (5,1%). Segundo Almeida e Ernica (2015), os anos 2000 representaram um boom do acesso ao ensino superior no Brasil, chegando o ingresso a ser maior que o crescimento da população em 2010 (na época era 12%). Nesse cenário, as ações afirmativas difundiram-se pelo país com o intuito de atender as minorias, simbolizando um “esforço, sem precedentes, para diminuir os efeitos de privilégios sociais nos processos de acesso ao ensino superior no país” (ALMEIDA; ERNICA, 2015, p. 64). Dentre as modalidades de ações afirmativas implementadas nas universidades brasileiras estão as reservas de vaga, o critério de baixa renda para alunos egressos da escola pública e a combinação da reserva de vagas com a pontuação da prova de seleção (ALMEIDA; ERNICA, 2015). Além dessas iniciativas de inclusão, outras políticas governamentais ganharam proporções relevantes (além do PROUNI, SISU e FIES), tais como o PROIES (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior), o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais), o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) e a Lei das Cotas nas Instituições Federais (RISTOFF, 2014).

Apesar de a maioria dos egressos não terem participado de alguma ação afirmativa, aqueles situados nos clusters 1 e 3 utilizaram algum tipo de política nesse sentido. Felicetti (2014) salienta que os programas de ação afirmativa como o PROUNI proporcionam, além do preenchimento de vagas ociosas e sua ampliação, o acesso de um público com perfil diferente e que, se não fosse por tais medidas, dificilmente teria como ingressar e permanecer no curso superior. Conforme o Ministério da Educação (2014), em 2014 foram oferecidas 306.726 bolsas de estudo – 194.451 bolsas a mais em relação ao ano de inauguração do programa (em 2005 foram oferecidas 112.275 bolsas de estudo). De acordo com o Ministério da Educação (2014), em 2003 foram registrados 50.619 contratos FIES, chegando a 663.396 em 2014. Entre 2010 e 2013 o programa correspondia a 22% (1.168.198) do total de matrículas (5.373.450) no período (MEC, 2014).

Assim como as políticas de ações afirmativas, as distintas formas de assistência estudantil agem como “mecanismo de democratização das oportunidades de acesso e permanência no ensino superior” (VARGAS, 2011, p. 152). As estratégias de assistência buscam assegurar a permanência de estudantes em vulnerabilidade social e, como produto de seu investimento pelas instituições, contribuem para a redução dos índices de abandono e melhora nas taxas de retenção. De acordo com Santos e Marafon (2016) os programas de assistência estudantil derivam da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008, de forma que fosse possível assegurar condições básicas para a melhoria do desempenho escolar e a garantia da igualdade de oportunidades. A partir da aprovação da Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012, a política de ações afirmativas nas instituições de ensino ganhou maiores proporções, perpassando por cotas para alunos de escola pública, pretos, pardos, indígenas e por critério econômico. Apesar de sua expressividade em universidades estaduais, das 70 universidades públicas que implementaram a política de cotas, 56% são federais (DAFLON; JÚNIOR; CAMPOS, 2013). Guerrini et al. (2018, p. 19) complementam que as ações afirmativas visam “corrigir e compensar distorções históricas ou atuais que marcam desequilíbrios existentes entre grupos sociais [...], além de compensar perdas provocadas por discriminação, violência e marginalização [...]”. Assim, pode-se entender que as ações afirmativas buscam democratizar o acesso ao ensino superior.

Quanto ao conhecimento de outros idiomas (especialmente o inglês), os egressos do cluster 1 disseram saber o idioma em nível básico (46,8%) ou avançado (28,2%), no cluster 2, predomina os níveis intermediário (21,9%) e avançado (20,7%); e no cluster 3, os egressos dizem conhecer o idioma em nível básico (31,9%) e intermediário (29%). O conhecimento de idiomas é um entre inúmeros fatores que compõem o arcabouço cultural de uma pessoa, como ler jornal e livros, usar a internet, ir ao cinema, frequentar bibliotecas e museus e ir ao teatro e a exposições (MENDES; COSTA, 2015). Conforme Longo e Vieira (2017), esse capital envolve um conhecimento apreendido do acesso à escola e dos livros, da aquisição de títulos e talentos (SILVA et al., 2015), dos valores, hábitos e formas de expressão (MENDES; COSTA, 2015), dependendo da infraestrutura de oportunidades de um indivíduo ou coletivo (LONGO; VIEIRA, 2017). Nesse cenário, Longo (2015) enfatiza que a educação dos pais é uma condicionante para o acesso dos filhos ao capital cultural da cultura dominante e um meio para a sua manutenção. Com isso a autora expõe que as decisões dos pais quanto à escolarização dos seus filhos são racionais e estratégicas, pois há um ajustamento às necessidades futuras dos filhos no mercado de trabalho. Desse modo, o investimento em capital cultural tende a ocorrer desde a infância. Como síntese dos resultados, a Tabela 2 é apresentada.

**Tabela 2** – Estágio de formação dos egressos

Formação (educação)								
Iniciantes			Privilegiados			Batalhadores		
Faculdade	88	18,2%	Faculdade	42	15,3%	Faculdade	134	30,4%
Universidade	344	71,2%	Universidade	208	75,6%	Universidade	240	54,4%

Vestibular	365	75,6%	Vestibular	245	89,1%	Vestibular	337	76,4%
Prouni	68	14,1%	SISU	14	5,1%	PROUNI	56	12,7%
Idioma: inglês em nível básico	226	46,8%	Idioma: inglês em nível intermediário	100	21,9%	Idioma: inglês em nível básico	154	31,9%
Idioma: inglês em nível avançado	136	28,2%	Idioma: inglês em nível avançado	106	20,7%	Idioma: inglês em nível intermediário	140	29%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

## ESTÁGIO DO TRABALHO (DURANTE E PÓS-FORMAÇÃO)

Quanto à situação de trabalho no decorrer na graduação pode-se observar três situações mais recorrentes: nos cluster 1 prevaleceram egressos que trabalhavam e tinham seus gastos parcialmente financiados pela família (31,3%) ou se sustentavam (20,5%). Já os pesquisados do cluster 2, geralmente, trabalhavam e possuíam os gastos integral (25,1%) ou parcialmente (23,5%) financiados pela família. Por fim, os egressos do terceiro cluster, majoritariamente, trabalhavam e se sustentavam (23,8%) ou estavam trabalhando e eram os principais responsáveis pelo sustento familiar (36,7%). Na perspectiva de Dayrell (2007), a juventude para algumas pessoas só é possível porque a vivenciam com o trabalho, o qual contribui para a garantia mínima de recursos para o consumo e lazer. Por isso, a condição de trabalhar e estudar “é um fenômeno de natureza complexa e multifacetada” (MATTOS; CHAVES, 2010, p. 543) que influencia a trajetória dos jovens em diferentes ciclos e as suas condições sociais. Assim, “o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que o ‘trabalho também faz a juventude’” (DAYRELL, 2007, p. 1109).

Em relação às trocas de trabalho após o ingresso no ensino superior, grande parte dos egressos dos clusters 1 (40,2%) e 3 (34,7%) disseram ter trocado de 2 a 3 vezes ou nenhuma vez (20,7% e 26,3%), pois continuam na mesma organização. Já os egressos do cluster 2, afirmaram ter mudado de trabalho 1 vez (25,1%) ou de 2 a 3 vezes (34,5%). Andrade (2008) diz que o trabalho é além de um direito de cidadania, uma demanda urgente. Quando ausente, representa um fator de risco (pelo não trabalho e pelo desemprego) instabilizador da inserção social e do padrão de vida. O trabalho na vida do jovem (ou, como neste estudo, estudantes trabalhadores), especialmente os que estão inseridos nas camadas populares, se torna um meio de financiamento dos estudos, assim como um instrumento de garantia da sobrevivência familiar. Por outro lado, o trabalho pode ser visto como uma oportunidade de aprendizado, servindo também de acesso para o consumo, lazer e emancipação econômica; autonomia e crescimento profissional e pessoal (CORRÊA; LIMA, 2015).

Independentemente da estrutura socioeconômica do jovem – o que para alguns possibilitaria condição de exclusividade aos estudos - ele tende a exercer alguma forma de

trabalho (ANDRADE, 2008). Dornelles, Reis e Panozzo (2016) remontam ao século XX para entender a relação da juventude com o trabalho. Até a década de 1960, os jovens tinham protagonismo em pautas políticas, sociais e culturais. Porém, com as transformações políticas e econômicas da década de 1970 na América Latina, eles passaram a lutar por sua inserção no mercado de trabalho, desenvolvendo-se num ambiente de vulnerabilidade, como citam os autores e é reforçado por Camarano et al. (2004). Há cerca de 106 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, segundo dados da América Latina e do Caribe. Desses jovens, 58 milhões estão na força de trabalho, em torno de 10 milhões estão desempregados e 30 milhões vivem na informalidade. Os demais 48 milhões não trabalham e não buscam trabalho, logo, são entendidos como inativos (DORNELLES; REIS; PANOZZO, 2016). De acordo com os autores, da população jovem empregada na América Latina metade ocupa postos informais, sem garantias contratuais e de proteção social; terceirizados, subcontratados e em trabalhos part-time. A Tabela 2 reúne informações sobre o estágio de formação dos egressos pesquisados.

Quando questionados sobre a permanência sem trabalho após a formação, em todos os clusters, o percentual de egressos que nunca ficaram sem trabalho ou que permaneceram de 1 a 5 meses foi mais expressivo (15,1%; 13,3% e 14,7%, na ordem dos clusters). Por fim, em relação ao porte das organizações em que trabalham, em todos os clusters houve o predomínio de empresas de grande porte (mais de 500 funcionários): 46,4%; 72,7% e 48,8%, respectivamente. Entretanto, as microempresas (até 19 funcionários) também foram representativas entre os pesquisados situados nos clusters 1 (25,1%) e 3 (13,7%); e as de médio porte (de 100 a 500 funcionários), entre os egressos do cluster 2 (13,5%). O estudo mostrou uma realidade um tanto diferente à pesquisa do CFA, a qual aponta que em 2015 micro (59,33%) e pequenas empresas (25,42%) eram os principais ambientes de trabalho dos egressos. As empresas de grande porte representavam apenas 7,9% do total de pesquisados. Quanto às remunerações dos egressos atualmente, as médias em cada agrupamento foram, respectivamente, R\$ 9366,00; R\$ 14.146,00; e R\$ 11.183. A Tabela 3 resume as informações discutidas acima.

**Tabela 3** – Situação de trabalho dos egressos (durante e pós-formação)

Trabalho								
Iniciantes			Privilegiados			Batalhadores		
Durante a graduação, Trabalhavam e tinham seus gastos parcialmente financiados pela família	151	31,3%	Durante a graduação, Trabalhavam e tinham seus gastos totalmente financiados pela família	69	25,1%	Durante a graduação, Trabalhavam e eram responsáveis pelo próprio sustento	105	23,8%

Durante a graduação, Trabalhavam e eram responsáveis pelo próprio sustento	99	20,5%	Durante a graduação, Trabalhavam e tinham seus gastos parcialmente financiados pela família	81	29,5%	Durante a graduação, Trabalhavam e eram responsáveis pelo sustento da família	162	36,7%
Trocou de trabalho de 2 a 3 vezes após entrar na graduação	194	20,5%	Trocou de trabalho de 2 a 3 vezes após entrar na graduação	95	34,5%	Trocou de trabalho de 2 a 3 vezes após entrar na graduação	153	34,7%
Permaneceu 0 meses sem trabalho após a formação	302	62,5%	Permaneceu 0 meses sem trabalho após a formação	134	48,7%	Permaneceu 0 meses sem trabalho após a formação	255	57,8%
Permaneceu sem trabalho de 1 a 5 meses após a formação	73	15,1%	Permaneceu sem trabalho de 1 a 5 meses após a formação	53	19,3%	Permaneceu sem trabalho de 1 a 5 meses após a formação	65	14,7%
Trabalham em grandes empresas	224	46,5%	Trabalham em grandes empresas	200	72,7%	Trabalham em grandes empresas	215	48,8%
Trabalham em microempresas	121	25,1%				Trabalham em microempresas	87	19,7%
Renda atual: , R\$ 9366,00			Renda atual: R\$ 14.146,00			Renda atual: R\$ 11.183		

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Após a exposição dos resultados e suas respectivas discussões, a próxima seção dirige-se às considerações finais do estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se identificar diferentes padrões de inserção profissional dos egressos de Administração a partir da análise dos dados de uma pesquisa nacional realizada com 1199 egressos formados no curso no Brasil. A escolha do curso foi motivada pelo mesmo estar, juntamente com Direito e Pedagogia, entre os cursos superiores com maior procura (portanto, com o maior número de matrículas registradas anualmente), como também por sua representatividade no cenário nacional e por sua popularidade no ensino e na pesquisa e no mercado profissional (BERTERO, 2006).

A partir dos dados empreendeu-se uma clusterização (embasada na tipologia de inserção proposta por Ramos, Parente e Santos (2014)), pela qual foi possível organizar três agrupamentos, que foram assim denominados: iniciantes, privilegiados e batalhadores. As

nomenclaturas utilizadas tiveram como referência a composição das características pessoais, de formação e profissionais dos pesquisados. No geral, os iniciantes são em sua maior parte solteiros, sem filhos, com pais de baixa escolaridade e predominantemente mulheres e com média de idade de 30,7 anos. Os privilegiados são predominantemente casados; com idade média de 35,8 anos; filhos de pais com ensino superior, no geral; com equilíbrio entre homens e mulheres. Por fim, os batalhadores são aqueles egressos com idade média de 39,1 anos; que representam, grande parte, a primeira geração a acessar o ensino superior, pois são filhos de pessoas com no máximo ensino fundamental. Com predominância de homens, a maioria também não possui filhos, contudo, muitos mostram possuir entre 1 e 2. Ao todo, os três agrupamentos possuem características profissionais e de formação semelhantes, o que denota a possibilidade acentuada de fortes perfis de inserção profissional em Administração – pelo menos para o grupo de egressos investigados.

A tentativa de organizar agrupamentos com a finalidade de se pensar possíveis perfis de inserção profissional, certamente, mostra-se de forma incipiente, por outro lado, reforça olhares minuciosos em relação ao contingente de formados na área no país. Historicamente, o Brasil possui bons indicadores e programas de inclusão de minorias no ensino superior, tais como os que foram mencionados neste estudo (PROUNI e SISU), as ações de assistência estudantil (moradias e bolsas permanência, por exemplo), como também sérios e duradouros programas de financiamento estudantil (FIES e outros internos às instituições de ensino). Todavia, o país ainda carece de programas ou ações de acompanhamento e orientação à população formada. Isto é, nota-se alto investimento e atenção ao estágio de ingresso no curso superior e dá-se pouca ênfase no processo de saída e para a inserção profissional. Nesse sentido, a proposta de definição de perfis de inserção profissional, aqui delimitada ao campo da Administração, desperta preocupação justamente a essa demanda de trabalho, análise e acompanhamento de egressos, que vem sendo discutida academicamente.

Sobretudo, o estudo tem potencial de reforçar o entendimento da estratificação profissional presente no mercado, que vem se mostrando até mesmo dentro de um grupo profissional. Falava-se, até o momento, em segregação ocupacional entre profissões, porém já é perceptível que tal segregação age até mesmo internamente à profissão. Possivelmente, esse cenário – preocupante, por sinal – possui em suas raízes as transformações político-econômicas e sociais da história do país e das que vem ocorrendo recentemente. Também, é oportuno atentar para a influência de marcadores sociais, tais como gênero, classe e raça/cor/etnia no processo de inserção profissional, uma vez que constituímos uma sociedade marcada por grandes e diversificadas desigualdades na esfera social – neste estudo a exploração desses elementos ficou limitada, contudo, sabe-se de sua relevância e necessidade de discussão neste e em outros estudos que busquem problematizar a esfera social, independente do foco de análise.

Por fim, esclarece-se que estudo não tem por pretensão ser o seu fim, mas ser instrumento de provocação para estudos posteriores, concentrados ou não no campo da Administração. Tem-se aqui um primeiro suspiro de análises sobre o tema, mas que se fazem importantes como dispositivos de introdução para trabalhos na temática. Ainda, instiga-se que sejam realizados estudos voltados aos cursos de Direito e Pedagogia, uma vez que representam, junto à Administração, o maior número de matriculados no ensino superior, afim de que se possa operar estudos comparativos de suas realidades, bem como que possibilitem a geração de informações que alimentem políticas, projetos, programas e ações governamentais ou não orientadas à inserção profissional, para além de um campo de pesquisa acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F.; ERNICA, Mauricio. Inclusão e segmentação social no ensino superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 130, 2015.

AMARAL, Marcelo Parreira do; WALTHER, Andreas. Juventude, educação e trabalho: teorizando a regulação de trajetórias educacionais e a transição escola-trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 15- 35.

ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. 2008.

BAETA NEVES, Clarissa Eckert. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **Trabalho apresentado no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), São Francisco, Califórnia**. 2012.

BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006. BIHAGEN, E.; NERMO, M.; STERN, C.; ÅBERG, Y. Elite mobility among college graduated men in Sweden: Skills, personality and family ties. *Acta Sociologica*, 60(4), 291–308. 2017 <https://doi.org/10.1177/0001699316684004>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. VANSTREELS, Christine. A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014. **Ministério da Educação (MEC). Brasília**, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro. **Última década**, v. 12, n. 21, p. 11-50, 2004.

CATTANI, Antonio David. Capital Humano, Teoria do. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CHAN, Take Wing; BOLIVER, Vikki. The grandparents effect in social mobility: Evidence from British birth cohort studies. **American Sociological Review**, v. 78, n. 4, p. 662-678, 2013.

COMIN, Alvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, n. 91, p. 75-95, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Pesquisa Nacional: Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do profissional de administração. **Brasília: CFA**, 2015.

CORRÊA, Carolina Rodrigues; LIMA, João Eustáquio de. Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 34, 2015.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação (Campinas)**: Sorocaba, v. 18, n.1, Mar. 2013.

DANNER, M. GUÉGNARD, C & Joseph, O. **Le profil des NEET a-t-il évolué en 20 ans?** In: Couppié, T.; DUPRAY, A.; ÉPIPHANE, D. & Mora, V. 20 ans d'insertion professionnelle des jeunes: entre permanences et évolutions. Cereq: Marseille. 2017

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DORNELLES, Aline; DOS REIS, Carlos Nelson; PANOZZO, Vanessa Maria. Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, 2016.

DUBAR, Claude. **La construction sociale de l'insertion professionnelle**. Éducation et Sociétés. n. 7, 2001/1, p. 23-36.

FELICETTI, Vera Lucia. Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 241, 2014.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 3, 2003.

FERRUGINI, Lílian; CASTRO, Cleber Carvalho de. Repercussões socioeconômicas do curso piloto de administração da UAB na visão de egressos e coordenadores. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, p. 993- 1008, 2015.

GALLAND, Olivier. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives mais resserrées. **Économie et Statistique**, n. 337-338, 2000, p. 13-36.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD. **Comunicado IPEA**, Brasília-DF, n. 160, 7 out. 2013.

LONGO, Flávia Vitor et al. **Tal mãe, tal filho?: uma análise da mobilidade educacional intergeracional no Brasil em 1996 e 2012**. Universidade Estadual de Campinas (dissertação de mestrado). Campinas, SP, 2015.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Educação de mãe para filho: fatores associados à

mobilidade educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 1051-1071, 2017.

LOVEDAY, V. Working-Class Participation, Middle-Class Aspiration? Value, Upward Mobility and Symbolic Indebtedness in Higher Education. *The Sociological Review*, 63(3), 570–588. 2015 <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12167>

MARIANO, Francisca Zilania et al. Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Ñopo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 48, n. 1, p. 137-173, 2018.

MATTOS, Elsa de ; CHAVES, Antonio Marcos. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto. **Journal of Human Growth and Development**, v. 16, n. 3, p. 66-75, 2006.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 29(85), 69-85. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500006>.

MENDES, Igor Adolfo Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Considerações sobre o papel do Capital Cultural e acesso ao ensino superior: uma investigação com dados de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, 2015.

MENEZES, Wilson F.; UCHOA, Carlos Frederico A. A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 105-132.

MORETTO, Amilton; REMY, Maria Alice Pestana de. Dinâmica recente da inserção do jovem no mercado de trabalho e a questão da escolaridade. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 133-153.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; SOUSA, Antonia de Abreu. Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.

OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; WETZEL, Ursula. Rumo ao mercado de trabalho: percepções e estratégias de jovens estudantes de Administração. **Anais do II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, Thiago Dumont; GOLGHER, André Braz; LOUREIRO, Pedro Mendes. Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens brasileiros entre 2003 e 2011: uma análise de entropia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 1, p. 31-52, 2016.

PICANÇO, Felícia. JUVENTUDE POR COR E RENDA NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. Somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, 2015.

- POCHMANN, Marcio. Juventudes na Transição para a Sociedade Pós-Industrial. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane B. **Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.
- RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica. Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional. *Educação e Pesquisa*, 40(2), 383-400. Epub January 17, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014005000001>.
- RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica. Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 2, 2014.
- REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, n. 2, p. 177-205, 2011.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade social, mudanças estruturais e desigualdade de oportunidades. In: RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: SP; Edusc, 2003.
- RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, 2014. ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Jan./Jun., vol. 13, n. 1, 2012a, p. 63-73.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Rebaixamento de diplomas de jovens estudantes e egressos do ensino superior: proposta de escala de mensuração. **XLI Encontro da ANPAD**. São Paulo, São Paulo, 2017. SANTOS, Claudia Priscila Chupel dos; MARAFON, Nelize Moscon. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 408-422, 2016.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Uma Análise sobre a Inserção Profissional de Estudantes de Administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2. SÃO PAULO, SP: mar/abr, 2012b, p. 44-75.
- SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.
- SOUTO, Fernando Antonio Barreto Paulino et al.. Transformações no mercado de trabalho recente e os jovens. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 169-230.
- TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior** – notas estatísticas 2017 (Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED). Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)> Acesso em novembro de 2018.

TOUBØL, J.; LARSEN, A. G. Mapping the Social Class Structure: From Occupational Mobility to Social Class Categories Using Network Analysis. *Sociology*, 51(6), 1257–1276. 2017  
<https://doi.org/10.1177/0038038517704819>

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 1, 2011.

VOLKMER MARTINS, Bibiana. **Expansão e diversificação do ensino superior no Brasil: a mobilidade social e a inserção profissional dos jovens estudantes e egressos de cursos superiores tecnológicos na região metropolitana de Porto Alegre-RS. 2016. 435f.** 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. A relação entre formação profissional e empregabilidade: em questão os jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. **XL Encontro da ANPAD**. Costa do Sauípe, Bahia, 2016.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Expansão e diversificação do ensino superior, impactos no mercado de trabalho e inserção profissional no Brasil: reflexões iniciais e proposta de agenda de pesquisa. **Encontro de Administração Pública e Governança**, v. 6, p. 1-16, 2014.